

Da História à Crítica Através da Tradução de *CALILA E DIMNA*

Liliane Vargas Garcia

raastro99@gmail.com

Universidad de Santa Catarina

Resumo:

Este artigo busca uma abordagem historiográfica e linguística para refletir sobre o papel da tradução a partir do *Livro de Calila e Dimna* (1251), considerada como uma escritura fundacional que opera na conformação da língua castelhana como veículo do saber cultural. Enfoca-se com especial destaque a característica textual que marca a difusão, o conhecimento e a preservação desta obra através e somente pela tradução. Referenciando o contexto histórico onde se gesta a tradução do texto “objeto”, aborda-se o texto “fenômeno” para analisar a tradução como uma operação de linguagem que coloca em circulação e redefine pressupostos resultantes do contato com o outro para engendrar disposições linguísticas, históricas e culturais como elementos decisivos do poder criador, fundador e difusor da tradução.

Palavras-chave: tradução, linguagem, história medieval, literatura traduzida, cultura.

De la historia a la crítica de traducción a través de la obra *Calila e Dimna*

Resumen:

Este artículo parte de un enfoque historiográfico y lingüístico que permite pensar la función de la traducción a partir del *Livro de Calila e Dimna* (1251), considerada como una escritura fundacional que actúa en la conformación de la lengua castellana como vehículo del saber cultural. Se da énfasis a la característica textual que marca la difusión, el conocimiento y la preservación de esta obra a través y solamente por la traducción. Referenciando el contexto histórico en el que se gesta la traducción del texto “objeto”, se aborda el texto “fenómeno” para analizar la traducción como una operación de lenguaje que pone en circulación y redefine presupuestos resultantes del contacto con el otro para engendrar disposiciones lingüísticas, históricas y culturales como elementos decisivos del poder creador, fundador y difusor de la traducción.

Palabras clave: traducción, lenguaje, historia medieval, literatura traducida, cultura.

From History to Translation Criticism through the literary work *Calila e Dimna*

Abstract:

This article follows a historiographical and linguistic approach in order to reflect on the role of the translation, taking as its starting point *Calila e Dimna* (1251), regarded as a foundational work which influenced the constitution of Spanish as a vehicle of cultural knowledge. A particular emphasis is made on a textual characteristic that marks the dissemination, knowledge and preservation of this text through and only by means of translation. Bearing in mind the historical context where the translation of the “object” text was created, this article deals with the “phenomenon” text to examine a translation as an operation of language that circulates and redefines the assumptions resulting from the contact with the Other, to generate linguistic, historic and cultural arrangements as critical elements of the creative and disseminating power of translation.

Keywords: translation, language, medieval history, translated literature, culture.

De l'histoire à la critique de traduction à travers l'œuvre Calila et Dimna

Résumé:

Cet article se propose de trouver une approche historiographique et linguistique qui permettra de penser le rôle de la traduction par l'entremise du Livre de Calila et Dimna (1251), vu comme une écriture fondationnelle qui opère dans la constitution de la langue espagnole tel un véhicule du savoir culturel. Une attention particulière est alors accordée à la caractéristique textuelle qui, à travers et seulement à partir de la traduction, permet la connaissance, la diffusion, et la préservation de l'œuvre. En prenant comme référence le contexte historique qui a conditionné la traduction du texte "objet", nous nous appuyons sur le texte "phénomène" pour aborder la traduction comme une opération qui met en circulation et redéfinit les hypothèses résultant du contact avec l'autre et, de cette façon, concevoir des arrangements linguistiques, historiques et culturels en tant qu'éléments décisifs du pouvoir créateur, fondateur et diffuseur de la traduction.

Mots-clés: traduction, langage, histoire médiévale, littérature traduite, culture.

Pensar a história como crítica a partir do *Livro de Calila e Dimna*, uma tradução textual realizada na Espanha do século XIII, supostamente em 1251, situa a seleção do texto de forma ilustrativa e exige, ao mesmo tempo, rastrear espaços mínimos, buscar aberturas, fendas que permitam uma nova aproximação de um material já exaustivamente analisado¹. Assim, a leitura busca representar o fazer crítico simultaneamente com a escrita da história para construir uma ponte que sirva à crítica como análise das implicações do papel da tradução em uma dimensão histórica, indagando, a partir do *texto objeto*, a constituição do *texto fenômeno* como prática Cultural² do espaço onde é gerado.

Barthes, ao falar de Bouvard e Pécuchet, sublimes e cômicos, eternos copistas, recupera uma atividade que, referente ao medieval, sinaliza a verdade de um "trabalho significante", ou seja, a *cópia* como *imitação* de um gesto anterior ou, mais precisamente, "a verdade da escritura". Este gênero de *cópia* possibilita mesclar escrituras, contrapor sentidos, recortar ideias, partindo da liberdade de nunca ser "original" o que, por sua vez, equivaleria pensar que ao desejo de exprimir-se, integra-se o saber de que "a 'coisa' interior que tem a pretensão de 'traduzir' não é senão um dicionário todo composto, cujas palavras só se podem explicar através de outras palavras, e isso indefinidamente" (Barthes, 1988, p. 69). Fixado sobre o ato de traduzir e sobre a obra traduzida, dois significados do termo tradução -em português e espanhol, o olhar repousa na pesquisa desse dicionário *infinito* para retrair e inscrever uma leitura que já se sabe tecida de signos, uma reescritura que *imita* a construção do sentido nesse campo sem origem circunscrito pela ampla crítica tradutória do *Libro de Calila e Dimna*.

¹ Cito como exemplo aproximativo os estudos de Georges Bossong, Juan Manuel Cacho Bleuca, María Jesús Lacarra Ducay, Carlos Alvar Ezquerro, Ángel Gómez Moreno, Fernando Gómez Redondo, Joaquín Rubio Tovar, Léopold Hervieux, entre outros.

² Para o âmbito deste artigo, seguindo a especificidade proposta por García Yebra, limita-se e adota-se o conceito de cultura como um conjunto de ideias agrupadas em campos conceituais como religião, filosofia, política, arte, literatura, etc., e que podem fixar-se e transmitir-se por escrito. Sendo a cultura um campo conceitual amplo, faz-se necessário estabelecer aqui um recorte mais genérico para amparar a reflexão sobre Calila e Dimna como texto fenômeno representativo do campo cultural na sua relação com a história, literatura e a tradução. Ver García Yebra, V. (1994). Traducción: Historia y Teoría. Madrid. Gredos 270.

Curiosa e solidariamente, o *objeto* também questiona a *origem* e problematiza o *original*. Calila e Dimna compõe-se de um conjunto de *fábulas* refratadas, de forma indireta no castelhano, através do texto árabe *Kaḥīla wa-Dimna*, cuja origem remete aos relatos do Pañcatantra e Mahābhārata indiano, bem como à lenda budista de Caṇḍa Pradyōta. Estas fontes estimam-se produzidas dois séculos antes de Cristo. A origem do texto, portanto, atualiza as primeiras fases lógicas da tradução como satisfação das necessidades comunicativas, uma prática associada ao conhecimento em outra língua cuja função é *re-produzir* e intermediar um saber. A história da Índia está permeada por transmissões e composições orais e, não aleatoriamente, o termo para “tradução” em sânscrito, que resiste inalterado em muitas línguas indianas modernas, é *anuvad* e significa “dizer depois ou outra vez”, repetindo como glosa, reiterando, corroborando, ilustrando, explanando algo “já dito” (Monier-Williams, 1997, p. 38 *apud* Bassnett; Trivedi, 1999, p. 9). Estes relatos associados à oralidade esfumam a origem e revelam, paradoxalmente, que a “voz” não precede nem excede o lugar da escritura, este *atopus* que se instaura por uma operação de linguagem da qual a tradução é o predicado. A escritura, portanto, como “destruição de toda voz, de toda origem”, devolve à tradução seu *status quo*, um movimento constitutivo de linguagem. Neste sentido, destaca-se que o *Libro de Calila e Dimna*, em castelhano, é uma tradução *anônima* de uma tradução árabe de uma tradução persa de um texto indiano que, por sua vez, estava ligado à oralidade. O anonimato desta tradução recoloca, metaforicamente, a questão da neutralidade da escritura, desse “oblíquo aonde foge o nosso sujeito, o branco-e-preto onde vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve” (Barthes, 1988, p. 65).

Kaḥīla wa-Dimna foi traduzido ao árabe em 750 por Ibn AL-Muqaffa^c a partir do texto pahlavi (persa literário) de Berzebuy, uma tradução do sânscrito. Tanto o texto em sânscrito como o persa se perderam, mas a *tradução* árabe conservou e permitiu o trânsito destas fábulas em múltiplas línguas do oriente ao ocidente. Conforme aponta Döhla (2008), de sua fixação primordial na Índia, o texto derivou para o pahlavi, siríaco, árabe, espanhol, latim, hebreu, italiano, inglês, alemão, holandês, dinamarquês, persa, turco, francês, grego, eslavo... Sua condição *de tradução da tradução* impossibilita a relação direta com o conceito de obra original, mas permite, por outro lado, pensar no objeto como uma prova viva da tradução *em si* e *por si*, difusora da cultura na medida em que, como afirma Barthes, “a cultura é essencialmente linguagem”. A tradução de *Kaḥīla wa-Dimna*, por sua refração discursiva, pela complexidade de seu percurso histórico, é aqui concebida como a *ponte necessária* que permitiu a travessia do texto por diversas *culturas*, agregando valores e favorecendo diálogos. Esta tradução textual, albergue de tantos estrangeiros, se oferece como uma reflexão, através do tempo, sobre o “ato de traduzir” e sobre “a obra traduzida” ao constituir-se como linguagem, como fronteira de múltiplas operações de leitura. Como consequência deste movimento constitutivo, desloca-se, nas discussões que pulsam nos estudos da tradução, o problema sobre a relação do “original” como “fonte primária” e da tradução como cópia, aqui entendida como trabalho de “segunda ordem”. Calila e Dimna afirma, enquanto *pervivência* da tradução, que tanto o conceito de “original” quanto o de propriedade textual podem ser deslocados para que se pense a tradução como um

processo autônomo embora inter-relacionado a outros sistemas significantes. Neste sentido, esta reescritura como reescritura - no sentido do escrever sobre o que já foi escrito cristalizado por Lefevere nas suas reflexões sobre tradução (Lefevere, 2007, p. 45), e o *anonimato* de Calila e Dimna são recuperados como metáfora da morte do autor como “proprietário” do texto. Ao constituir-se como linguagem, o texto ou a *tradução* operam em “um campo sem origem - ou que, pelo menos, não tem outra origem para lá da própria linguagem, isto é, exatamente aquilo que repõe incessantemente em causa toda a origem” (Barthes, 1988, p. 68). De fato, os paradigmas da originalidade, da propriedade autoral - nascidos com a invenção da imprensa e que secundaram o trabalho tradutório, não pertencem ao campo conceitual das produções medievais nas quais se inscreve a tradução castelhana de Calila e Dimna.

Kaḥīla wa-Dimna foi a *primeira* obra árabe traduzida em *prosa narrativa* sem fundo religioso e compartilha com a tradução castelhana de Calila e Dimna, o *status de primeira obra narrativa* de origem oriental traduzida a uma língua vulgar, modelo prototextual de literatura didática para outros livros escritos posteriormente. Cito, como exemplo mínimo³, o “Libro de las Bestias”, “Libro de Buen Amor” “Exemplario contra los engaños y peligros del mundo”, ou “Libro Del Conde Lucanor”, referentes da literatura didática espanhola ou, Roman de Renard, os Contos de Boccaccio e as Fábulas de La Fontaine como rastros presentes na literatura ocidental.

A tradução de Calila e Dimna foi realizada, aproximadamente, em 1251 a pedido do infante Don Alfonso que, em 1252, com morte de seu pai Don Fernando III, assumiria o reinado como Alfonso X, ficando conhecido, por sua sede de absorver o saber “disperso”, como Alfonso *el sábio*. Entrando no jogo semântico, recupera-se ao infante como aquele não fala, e se não fala, não tem, ainda, direito ao trono ou à legitimação do poder. Encarregado pelo *infante* Dom Alfonso, este primeiro texto narrativo traduzido à língua vulgar permitirá a incipiente língua castelhana, ainda em sua primeira infância, a *falar*. Sem uma voz anterior, esta primeira tradução ao castelhano funda uma *enunciação*, uma escritura sem origem composta por palavras reconstruídas em “*entre-lugares*” que não dizem respeito nem à origem nem ao destino, mas ao futuro da construção, do estabelecimento e da conformação da língua vernácula castelhana.

Recuperando a escrita da história e, ao mesmo tempo, estabelecendo um corte, observa-se que no período compreendido entre o século III AC até o século V, a Península Ibérica é uma província do Império Romano que partilha, sob domínio político e militar, registros culturais, artísticos, linguísticos e literários. Pelo caráter aproximativo deste artigo, basta recordar que o castelhano é o “latim” falado na Espanha, além dos países por onde se expandiu. Como observa Ruiz Casanova (2000, p. 46), o espaço de *pervivência* do latim supera o próprio império. A língua vulgar se manifestava em âmbitos orais, particulares enquanto o latim clássico, além de ser a língua da Igreja Católica, dominava a escritura e unificava a cultura ocidental. Sobre a língua vulgar castelhana incidem, a partir do século V, marcas do

³ As referências citadas podem ser consultadas nos estudos de Clara Foz, H.J Döhla, George Bossong, Juan Manuel Cacho Blecua, María Jesús Lacarra Ducay, Valentín García Yebra. Ver referências bibliográficas.

contato com os germânicos (sobretudo Godos e Visigodos) que se revelam em topônimos e antropônimos e, a partir do século VIII, com a presença dos árabes no sul, recebe contribuições que enriqueceram sua composição com mais de quatro mil termos, conforme estima Rafael Lapesa em sua *História da Língua espanhola* (apud Ruiz Casanova, 2000, p.47). Desta infância linguística convém ainda assinalar que a produção de textos em língua vernácula, relacionados à chancelaria, começou a se fazer presente a princípios do século XIII, quando coexistiam distintos reinos e variedades linguísticas como o galego-português, o “asturiano-leonês”; em Castela, especificamente, utilizava-se o castelhano ocidental de Palencia e Valladolid, o castelhano oriental de Álava, La Rioja e Soria. Em Navarra, além do vasco, empregava-se o navarro-aragonês e, em Aragón, utilizava-se o aragonês e o catalão. Estas variedades se constituíam como uma prolongação dialetal do norte em contraponto aos usos linguísticos do sul, decorrentes da Reconquista. Quando Fernando III assumiu o trono, em 1217 e até 1230, data da união dos reinos de *Castilla y León*, implantou-se o hábito de redatar documentos diplomáticos em língua vernácula, prática escriturária autorizada pelo poder régio, que se referia maioritariamente a definições legais, topográficas, jurisdicionais, concessões de Foros, entre outros. Entre 1231 e 1240 a porcentagem de documentos redigidos em língua vernácula ampliou-se, ficando estabelecido que para os destinatários particulares utilizar-se-ia o castelhano e, à igreja, o latim. Em 1241 a porcentagem de documentos redatados em vernáculo já superava a produção dos documentos emitidos em latim. Com a reconquista da Andaluzia e a consequente necessidade de divisão de bens e terras, de precisões na organização administrativa, acelerou-se o processo de utilização escriturária da língua vernácula para documentos oficiais no Reino de Castela. Em 1252, quando Alfonso X assumiu o trono, generalizou-se este procedimento e restringiu-se a utilização do latim para contatos com outros reinos. Ao adotar o vernáculo sobre o latim, a chancelaria castelhana adianta-se a outros reinos da Península Ibérica, assim como à Inglaterra e à França, que viriam a adotar esta prática meio século mais tarde. Como dado relevante, destaca-se que as referências diplomáticas ao vernáculo, neste momento, não especificavam nenhuma das variedades linguísticas, somente a expressão geral de “*vulgari idiomate ou romanz*” (Fernández-Ordóñez, 2004).

Em suas *Exequias de la lengua castellana*, Juan Pablo Former adianta um passo nesta reflexão ao afirmar que:

Don Alfonso el sábio, obediente siempre a la educación y consejos de su inmortal padre, Don Fernando III, no contento con hacer que hablase en castellano la legislación de Castilla, quiso también trasladar a su idioma toda la sabiduría del Oriente, donde, ahuyentadas de Europa, se habían refugiado las ciencias y las musas. Pare este efecto, hizo traducir multitud grandes de libros, que desde luego, salida apenas de su infancia, engrandecieron maravillosamente la lengua castellana, no solo con los ornatos de las artes, pero, lo que es más, con abundancia de voces y frases científicas, que sirvieron como barbechos para que en los tiempos más sabios se prestase sin violencia al cultivo de la sabiduría en toda su extensión (apud Ruiz Casanova, 2000, p. 14).

A imagem criada pelo termo “barbechos”, uma terra preparada e à espera de ser *cultivada* (uma das primeiras acepções etimológicas do termo cultura), associada à

condição de “*sin violencia al cultivo de la sabiduría en toda su extensión*”, sabedoria do oriente “trasladada” pelo idioma, ressalta a peculiar situação historiográfica espanhola e recupera o *trasladar*, a *traducción* como um elemento essencial e decisivo para a construção de uma língua, veículo de um discurso que busca fundar uma identidade partindo do contato com o outro.

Em 1251, Dom Alfonso, o infante, encomenda a tradução da coleção de fábulas orientais Calila e Dimna ao castelhano – não ao *vulgari idioma* ou ao *romanz*. Desta forma, Calila e Dimna assume uma posição pioneira e revela a condição da tradução como uma *escritura fundacional*: inaugura, inscreve, registra, fixa e equipara a língua castelhana, até então notadamente intermediária e oral, às produções escriturárias do marco culto. A língua vernácula é então dotada da possibilidade de expressar, em prosa, a cultura, de apropriar-se do saber oriental como contraponto ao latim, até então língua comum europeia que veiculava o saber oral e escrito e os discursos religiosos.

O encargo deste trabalho tradutório em 1251 constitui-se, assim, como o primeiro testemunho das obras em prosa que seriam amplamente incumbidas por iniciativa de Dom Alfonso, a partir de 1252, já autorizado a falar como rei Sábio. A tradução como veículo do saber também inscreve a língua castelhana como elemento que distingue e valoriza uma fala associada ao poder de uma monarquia que rompe com a tradição latinizante. Estas produções tradutivas, sob o signo régio alfonsino, utilizavam expressões como “*lenguage de Castiella, castellano* o *lenguaje castellano*” para referir-se à língua nas quais estavam redatadas, *reconfirmando* a opção linguística da Coroa, já pronunciada pelo então Infante com a escolha tradutória de Calila e Dimna. A busca pelos exemplos sobre a atuação dos governantes contidas neste “espelho de príncipes” indicam o desejo e a preocupação pelo aprimoramento de uma “fala”, pela especificidade e qualidade do discurso do rei.

A segunda metade do século XIII reflete o avanço da Reconquista e mostra como em cidades sob a hegemonia cristã como Toledo, Córdoba, Valencia, Murcia e Sevilla, a herança árabe contida nas bibliotecas muçulmanas se disponibiliza para ser reapropriada pelo *mecenato*⁴, pelo poder discursivo de *Alfonso el Sabio*. Neste período, dá-se início uma tarefa de traduções⁵ à língua vernácula favorecendo a recepção de um conjunto de obras astronômicas, astrológicas, agrícolas, morais, tratados de alquimia, física, matemática, ciência ou ainda recreativas (destaca-se a

⁴ A consideração da tradução como prática social é uma reflexão central no trabalho de Andre Lefevere, com especial destaque para a noção de “reescritura” que comporta as intervenções manipulativas a nível textual e cultural como estratégias que dirigem e controlam as produções nas relações sistêmicas de poder sob o conceito de “Mecenato”, pertinente para nossa reflexão sob o ponto de vista conceitual, etimológico e histórico. Ver Lefevere, 2007, 29-50.

⁵ A tarefa tradutória comandada por Alfonso X, geralmente a partir de textos árabes, focalizava cinco domínios: ciência, historiografia, ciência, literatura e entretenimento. Para realização dos trabalhos o rei dispunha de uma equipe para dividir e executar o trabalho em etapas, de forma organizada e profissional. O rei selecionava textos, repartia as tarefas e coordenava o trabalho dos participantes. A equipe se compunha de encarregados para encontrar e avaliar manuscritos, tradutores principais (arabistas) que eram assessorados por um ajudante (hispanista), emendadores, capituladores, glosadores, iluminadores e copistas. Segundo testemunho presentes nos prólogos de algumas obras traduzidas neste período, além de dirigir, Alfonso X também corrigia e revisava muitas das traduções para assegurar que estivessem em linguagem acessível. Estas considerações podem ser consultadas no estudo detalhado sobre o processo tradutório nos séculos XII e XIII apresentado por Clara Foz (2000) em “El traductor, la Iglesia y el Rey. La traducción en los siglos XII y XIII”. Barcelona: Gedisa.

introdução no ocidente, com a tradução do *Libro de los juegos* (1283), de jogos como o Xadrez ou o Backgamon). O encargo destes trabalhos é compatível e revela um marco histórico permeável à recepção e a consideração da tradução como difusora de saberes. Em geral, as traduções realizadas neste período têm como elemento comum a condição bilíngue de tradutores que construíram uma *ponte* entre os saberes do Oriente e Ocidente. Esta atividade tradutória impulsionou o estabelecimento e o fortalecimento da língua vernácula pelo contato com línguas⁶ mais antigas e estruturadas em sua evolução que, já aculturadas, aculturaram e estimularam o infante castelhano. Desta forma, a insipiente língua romance experimenta o desafio de expressar novos conceitos tanto lexicais como sintáticos através do contato linguístico com famílias estruturalmente distintas.

As observações sobre o fazer tradutório deste período são escassas, quase nulas. Identifica-se em 1199 uma carta enviada pelo tradutor judeu Samuel Bem Tibbom a Maimónides que lhe responde, desde o Cairo, esclarecendo suas dúvidas filológicas ou interpretativas. De todos os modos esta é a primeira inferência sobre uma reflexão acerca do processo tradutório que se tem notícia na Península Ibérica e, até o século XIV, não foram identificadas outras intervenções sobre o assunto, como observa Ruiz Casanova (2000). A ausência de comentários críticos sobre o fazer tradutório deste período impulsiona a história a restaurar e a escrever a crítica destas produções tradutivas a partir de vestígios, de marcas que possam proporcionar uma leitura sobre as considerações engendradas pela dinâmica tradutória em ação.

Uma das grandes contribuições dos povos árabes à cultura universal, segundo Garcia Yebra (1994, pp. 287-303), está relacionada com a *atividade tradutora* resultante do contato cultural que proporcionou o conhecimento de obras científicas, filosóficas, tratados sobre jurisprudência, medicina, literatura ou correntes de pensamentos desenvolvidas em regiões como Grécia, Índia, Pérsia ou Síria e que chegaram, em língua árabe, à Europa Cristã. Como exemplo ilustrativo desse movimento translato cultural pode-se pensar nos números, identificados como indianos pelos árabes e reconhecidos, por sua vez, como números arábigos pelos europeus. Ainda no campo matemático, mas no caso específico espanhol, destaca-se que o termo *álgebra* (espanhol e português), *algèbre* em francês, *algebra* em italiano, inglês e *Algebra* em alemão, é representativo de sua entrada europeia através da Espanha pelo fato de conservar o artigo árabe *al* em oposição à outras palavras que entraram na Europa pelo italiano como o *azucar* (italiano *Zucchero*, francês *sucre*, inglês *sugar*, alemão *Zucker*) ou o *atúm* (italiano *tonno*, francês *thon*, inglês *tunny*, alemão *Thunfisch*). Entretanto, a crítica é unânime ao afirmar que a literatura é um dos campos tradutórios mais fecundos da cultura árabe pelos contatos estabelecidos com a Índia e Pérsia. De fato, menciona-se que a prosa literária árabe conheceu uma nova etapa a partir do contato com os persas em 750 e com as fábulas de Bidpai, tituladas pelos árabes como *Kalila wa-Dimna*, as quais viriam influenciar posteriormente o desenvolvimento do gênero narrativo das fábulas.

⁶ Para o processo de estruturação, evolução e aculturação da língua árabe considera-se a abordagem de Garcia Yebra em “*La Traducción al árabe y del árabe, vínculo entre oriente y occidente*”, (Garcia Yebra, 1994, 69-87).

A crítica da tradução busca aperfeiçoar-se a partir das reflexões sobre os resultados obtidos pelo fazer tradutório e, para pensá-las no âmbito deste artigo, recupera-se o estudo comparado sobre algumas problemáticas tradutivas a partir do Pāncatantra em sânscrito, da tradução árabe de Ibn al-Muqaffa^c e da tradução castelhana, apresentados por Georg Bossong⁷ (1979, pp. 173-203) para identificar as relações fundadas pelo processo tradutório que impulsionaram o desenvolvimento e o fortalecimento estrutural da língua castelhana a partir de Calila e Dimna.

Em *Sémantique et structures textuelles dans le livre de « Calila et Dimna »*. *Essai de théorie textuelle appliquée*, Bossong analisa as relações tradutórias das estruturas textuais partindo das possibilidades procedimentais específicas de cada um dos idiomas em relação. A reflexão de Bossong inicia-se com a observação do “papel do artigo” na construção textual, retomando a análise de um elemento identificado como marca de assimilação cultural árabe exemplificado anteriormente com o termo álgebra. Embora ressalte que a maior parte da estrutura textual se mantenha fundamentalmente a mesma em sânscrito, árabe e espanhol, segundo Bossong, no plano formal, a estruturação do texto, tanto em árabe quanto em espanhol, deriva para uma alternância entre o artigo definido e o indefinido em oposição ao sânscrito que, estruturalmente, por não conter artigos, necessita de outros meios específicos para evitar as ambiguidades de delimitação textual. Desta relação fica evidenciado que os tradutores árabes e espanhóis puderam desarticular as ambiguidades textuais, de forma clara e precisa, ao poder estabelecer a distinção e a substituição entre os nomes através de meios morfológicos como o artigo, opção inexistente em sânscrito. Bossong afirma que a tradução de Calila e Dimna reproduz fielmente o emprego do artigo em árabe não característico somente de Kalila wa-Dimna, mas de outras coleções de contos como *Mil e uma noites*.

Bossong também apresenta considerações sobre as fórmulas de introdução dos conjuntos textuais narrativos que são marcadas por um “verbum dicendi”, sem especificação do agente, em árabe e em espanhol antigo - o traduzido do árabe. Em árabe o verbo apresenta-se na terceira pessoa do plural e na forma passiva e, em espanhol, na terceira pessoa do plural. Esta formação é típica da língua árabe devido a sua estrutura V-S-O⁸ que a impede de começar um relato por advérbios ou por sujeitos indefinidos, como no caso do sânscrito, e a impele a empregar verbos genéricos na terceira pessoa do plural como *za'ama* – enunciar, pretender - ou *za'amü Anna* que derivou para *dizen que* no castelhano de Calila e Dimna. A utilização desta fórmula introdutória, junto ao emprego dos artigos para identificar os sujeitos agentes, serviu para delimitar a ambiguidade dos subconjuntos narrativos na tradução árabe e espanhola diferenciando-se, portanto, da estratégia utilizada para

⁷ Bossong, em “*Vers une syntaxe textuelle du discours scientifique medieval*” e “*La abstracción como problema lingüístico en la literatura didáctica de origen oriental*” analisa outras relações de influências tomando como base a tradução árabe e outras obras narrativas medievais similares a Calila e Dimna. Destaca-se sua análise das parênticas que desempenham um papel importante na constituição da literatura proverbial espanhola. Esta relação também é abordada por Ziyad Mohammad Gogazeh no artigo “Estudio traductológico de las parénticas en el libro de *Calila y Dimna*”. Consciente da possibilidade de outras abordagens, mas objetivando focalizar a relação linguística do percurso tradutório, limita-se a reflexão ao trabalho de Bossong que se relaciona especificamente como as línguas presentes na relação constitutiva de tradução (castelhana) da tradução (árabe) da tradução (indiana).

⁸ A ordem V-S predominou no castelhano arcaico. No castelhano medieval coexistiam os dois tipos S-V e V-S antes que se estabelecesse a ordem S-V-O como norma para a língua espanhola moderna.

marcar o início narrativo pelo sânscrito, reafirma-se, uma língua desprovida de artigos. Esta diferença remarca que as familiaridades genéticas e tipológicas não coincidem em absoluto, pois o espanhol apresenta as mesmas estruturas que o árabe para realizar as introduções narrativas textuais, mas se diferencia totalmente do sânscrito que é membro da mesma família linguística semítica.

Por outro lado, os verbos situacionais apresentam a mesma forma em sânscrito, árabe e espanhol, porém a tradução árabe e espanhola mudou sua posição linear deslocando-os do início do enunciado, tal como aparece no texto em sânscrito, para a posição habitual dos complementos circunstanciais de lugar e tempo.

A exceção dos nomes dos dois chacais Calila e Dimna (Karataka et Damanaka), dos touros Bandaba e Sanzaba (Ñandaka et Sanjivaka) e as três trutas Envisa, Delibre e Perezosa (Anâgatavidhâtâ, Pratyutpannamati e Yadbhavisya), os leitores das traduções árabe e espanhola somente têm acesso à espécie dos personagens, desconhecendo os nomes próprios que vinham explicitados no texto em sânscrito. Segundo Bossong, a presença dos nomes próprios não apresenta nenhuma função textual, não marca as introduções narrativas, asseguradas, como remarcadas anteriormente, por outros meios linguísticos.

O texto em sânscrito também apresenta uma escritura que alterna a utilização do verso e da prosa enquanto que as traduções árabe e castelhana unificaram a narrativa em prosa. Com esta observação, Bossong conclui sua análise sobre as estruturas formais dizendo que:

Nous pouvons résumer notre analyse des structures formelles en disant que les espaces textuels du Pañcatantra et de ses descendants arabe et espagnol sont organisés d'une manière remarquablement pareille. Les différences que l'on peut observer entre l'original et ses versions concernent des points d'importance mineure ; elles sont dues en partie au fait que dans P⁹, on a une alternance de prose et de vers, tandis que KD et CD sont uniquement en prose, et en partie à des divergences typologiques entre les trois langues en question, divergences surtout en ce qui concerne les moyens mis en oeuvre pour établir la cohérence textuelle ; le fait que le sanskrit soit une langue sans article, alors que l'arabe en a deux et l'espagnol trois, prend dans ce contexte une valeur exemplaire. Dans les trois textes, quatre types nettement distincts de sousensembles textuels sont séparés par des moyens formels non-ambigus; ces moyens peuvent varier d'une langue à l'autre, mais leur effet reste le même (Bossong, 1979, pp. 188-189).

Em sua análise, Bossong detecta que, apesar das variações nos meios estruturais expressivos de cada língua em relação, os efeitos textuais e semânticos permanecem inalterados pelo movimento de travessia do sânscrito, árabe e do insipiente castelhano que buscava, através da tradução, constituir-se e afirmar-se estruturalmente.

⁹ Bossong utiliza **P** quando se refere ao Pancatantra, **KD** para a tradução árabe e **CD** para a espanhola.

Esse breve panorama sobre as relações interlinguísticas do sânscrito, árabe e da infante língua castelhana revela, por um lado, que cada língua se constitui *na e pela* estruturação de critérios de organização expressiva e, por outro, fundamenta que, apesar da constituição *na e pela* diferença, sempre é possível traduzir utilizando como ferramenta este “dicionário infinito” que é acionado pelo jogo significativo da linguagem ao buscar a *fixação* do sentido em sua estrutura. Calila e Dimna exemplifica que a tradução como processo e como produto demonstra, através do tempo, seu sustento por operações de linguagem que promovem sinergias entre as fraturas e as fronteiras linguísticas e inscrevem a história das construções e das relações culturais a partir do próprio movimento constitutivo da linguagem.

O trabalho de estabelecimento e conformação da língua vernácula castelhana em suas relações tradutivas, históricas e multilinguísticas, chama a consideração das reflexões sobre a tradução propostas por Eco em seu livro *La búsqueda de una lengua perfecta* (1994, pp. 238-242) na medida em que se apreciam as relações fundadas pelas diferenças interlinguísticas não como “*signo de una derrota y de una herida que hay que sanar a toda costa*”, mas como possibilidade de leitura e entendimento dos universos culturais que instituem uma nova aliança, uma nova concórdia para as relações babélicas, não afetando somente a tradução, mas as relações de convivência cultural diante das pluralidades linguísticas. Eco, ao observar as relações através da história entre as diferentes línguas sob o mito de Babel, castigo em forma de desentendimento e incompreensão, sugere deslocar o olhar dessa concepção linguística judaica cristã para recuperar o mito fundacional pela leitura do filósofo, teólogo, historiador, narrador e poeta medieval *al-Ándalus, Ibn Hazm* e assim, projetar uma abordagem alternativa sobre o entendimento originário das diferenças de expressão linguística. Eco pondera que as línguas não podem ser frutos de uma convenção porque, para o estabelecimento pactual destas regras primeiras, seria necessária a existência de uma língua anterior o que, por sua própria condição e existência, desestimaria a criação de outra língua diferente. A explicação de *Ibn Hazm* inverte o mito da divisão pela *criação de novas línguas* ao considerar que a língua originária compreendia todas as línguas e que as divisões são resultantes de *acontecimentos naturais* que fraturam esta língua *ab initio* sem vínculos com o castigo ou a maldição. Logo, qualquer língua guardaria em sua essência os vestígios de um plurilinguismo originário: “La lengua madre no era una lengua única, sino el conjunto de todas las lenguas”(Eco, 1994, p. 242) que guardaria em germe o sentido plural e infinito depositado e reativado pelo efeito *dicionário*.

Considerações Finais

Ibn Hazm refletia na Andaluzia medieval sobre o surgimento e o desenvolvimento das línguas e o posterior encargo da tradução do texto de Calila e Dimna colocava em prática uma apropriação textual que capacitava a língua castelhana como uma nova possibilidade de expressão cultural, marcando o início de uma empresa tradutória que romperia com a tradição de traduções ao latim para inaugurar um espaço de produção de textos em prosa vernácula. Alfonso X seleciona o texto, um espelho de príncipes ou um modelo de conduta que reflete o governar com sabedoria e equidade, para instaurar um discurso próprio, particular. Seleciona o texto e também seleciona a língua, uma língua que se estrutura e busca estruturar

um novo discurso fundamentando-se na tradução como estratégia para reunir um saber disperso e aprender com o outro. A materialização deste movimento se lê na compilação das obras traduzidas que compunham a biblioteca do rei e cujo início está associado ao *primeiro encargo de tradução ao castelhano*, o *Livro de Calila e Dimna*.

A aproximação do contexto histórico e linguístico para investigar a tradução do texto de Calila e Dimna enquanto fenômeno, associado à manifestação expressiva da primeira infância da língua castelhana, permite recuperar algumas sequências e transformações que podem ser lidas como acontecimentos “naturais” de um fazer crítico simultâneo à escrita da história. Esta consideração desvela a função da tradução como elemento decisivo e fundador, mais além da análise descritiva tradutória do texto objeto, porque ao recuperar, captura os efeitos, as relações resultantes que se engendram a partir da decisão e do processo tradutológico.

As considerações aqui apresentadas problematizaram o original como significado primeiro, a autoridade, a propriedade e permitiram ver o processo mais que o produto, o fenômeno mais que o objeto. A abordagem do texto expôs o processo da *tradução* como *tradução* no universo da construção do sentido pela leitura que explora o já dito e assim, pôde-se pensar a tradução como predicado cultural ou, dito de outra forma, como uma operação essencial de linguagem. Com este contorno, a importação do texto Calila e Dimna instituiu a reflexão da tradução como um veículo do saber que, ao deslocar a supremacia da origem, privilegia a leitura, a *reescritura*. Este privilégio denota, porque também conota, a propriedade constitutiva da tradução como uma *escritura fundacional*. A seleção, a escolha e as relações que se estabelecem a partir desse contato textual pedem para ser investigadas enquanto estímulo que conduz a tradução a definir-se como prática e reflexão promovida a partir de uma determinada relação que implicaria o outro, a diferença como constituição do mesmo. Vinculada ao processo de formação cultural e linguístico a partir do contato, do diálogo como tentativa de reunificar um saber estrangeiro, a instituição da tradução de Calila e Dimna permite a leitura da alteridade como uma diferença que agrega valores ao contexto de chegada e participa da constituição tanto de uma identidade linguística quanto cultural.

O *modus operandi* da leitura crítica aqui apresentada, referenciada pelos dados históricos, além de conceber e enfatizar a tradução como escritura fundacional, projeta-se como *metáfora* para refletir futuramente, no marco da pesquisa que se inicia, sobre o estudo da crítica da tradução como um processo que também se traslada através do tempo e coloca em atividade uma linguagem que abre as fronteiras para *releituras*, para novos sentidos. Sem abandonar o código de deslocamento, recupera-se que “*meta*” significa *ir além* e “*pherein*” significa *trasladar*. Se a metáfora leva além, tomo este transporte para repensar, a partir do texto fenômeno de Calila e Dimna como uma operação essencial de linguagem, o poder difusor, criador, decisivo e fundador da tradução. Se criar metáforas é nomear, é dizer com um o que é sempre outro, aciona-se aqui o plural do sentido com a ferramenta tradutória por excelência, o *dicionário infinito*.

Referências

- Barthes, R. (1988). *O Rumor da Língua*. Tradução de Mário Laranjeiras. São Paulo: Brasiliense.
- Bassnett, S.; Trivedi, H. (1999). *Post-colonial translation: theory & practice*. London: Routledge.
- Bosson, G. (1979). Sémantique et structures textuelles dans le livre de « Calila et Dimna ». Essai de théorie textuelle appliquée. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 4, (4 - 1). 173 - 203. [En línea]. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_1979_num_4_1_990.pdf
- _____. (1978). La abstracción como problema lingüístico en la literatura didáctica de origen oriental. En *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 3, (3). 99-132. [En línea]. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_1978_num_3_1_981.pdf
- _____. (1982). Vers une syntaxe textuelle du discours scientifique medieval. En *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, 7, (7-2), 91-125. [En línea]. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_1982_num_7_2_1022.pdf
- Cacho Blecua, J. M.; Lacarra Ducay, M.J. (1984). *Calila e Dimna*. Madrid: Castalia.
- Döhla, H-J. (2008). *El libro de Calila e Dimna (1251): edición nueva de los dos manuscritos castellanos, con una introducción intercultural y un análisis lexicográfico árabe-español.*, Zurich Open Repository and Archive. [En línea]. <http://dx.doi.org/10.5167/uzh-17989>.
- Eco, H. (1994). *La Búsqueda De La Lengua Perfecta*. Tradução de Maria Pons. Barcelona: Grijalbo Mondadori. [En línea]. <http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/959.pdf>.
- Fernández-Ordóñez, I. (2004). Alfonso X el Sabio en la historia del español. En Instituto Cervantes Virtual. [En línea]. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/alfonso-x-el-sabio-en-la-historia-del-espaoal-0/html/023c114a-82b2-11df-acc7-002185ce6064_11.html#I_0. Consultado en 21 de septiembre de 2015.
- Foz, C. (2000). *El traductor, la Iglesia y el Rey. La traducción en los siglos XII y XIII*. Barcelona: Gedisa.
- García Yebra, V. (1994). *Traducción: Historia y Teoría*. Madrid: Gredos.
- Gogazeh, Z. M. (2009). Estudio traductológico de las paremias en el libro de Calila y Dimna. En *Paremia*. (18). 131-140. [Em línea]. http://cvc.cervantes.es/lengua/paremia/pdf/018/012_gogazeh.pdf
- Lefevere, A. (2007). *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Tradução de Cláudia Matos Seligmann. Bauru: Edusc.
- Ruiz Casanova, J.F. (2000). *Aproximación a una Historia de la Traducción en España*. Madrid: Cátedra.